



## A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Wilians Douglas Barbosa da Silva  
Maria Angélica Mello dos Santos  
Natália Pereira da Cunha  
Juliana Cavestre Coneglian  
Eduardo Rodrigues da Silva

### RESUMO

*O estudo teve como objetivo discutir as relações nas aulas de Educação Física Escolar, focando na discriminação de indivíduos portadores de necessidades especiais. Foram feitas uma contextualização da Educação Física Escolar e uma breve revisão histórica sobre corpo e corporeidade e suas influências. Achamos como resultado, que apesar dos avanços da sociedade e da Educação Física escolar a inclusão ou exclusão dos alunos depende dos profissionais, do meio em que cada um vive e das influências externas exercidas pela mídia e sociedade. Concluímos que o papel da inclusão não pode ficar restrito aos profissionais de Educação Física, as próprias instituições de ensino devem adotar medidas no sentido de incentivar a matrícula desses alunos, oferecendo todo aporte necessário.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física; Inclusão; corpo.

### INTRODUÇÃO

Entendemos que a Educação Física escolar é uma prática cultural, com uma tradição respaldada em certos valores. Ela ocorre historicamente em certo cenário, com certo enredo e para certo público, que demanda certa expectativa. É justamente isso que faz a educação física escolar ser o que é. Sendo uma prática tradicional, ela possui certas características, muitas vezes inconscientes para seus atores. Talvez o aspecto fundamental desta tradição seja a importância do homem com uma entidade de natureza exclusivamente biológica, e seu corpo constituído por um conjunto de músculos, ossos e articulações, passíveis de um treinamento e possíveis de melhor rendimento (DAOLIO, 1995).

Nesse sentido, a Educação Física escolar privilegia os aspectos locais da comunidade em que está inserida, proporcionando assim uma maior interação entre os alunos e a prática de exercícios.

“o corpo humano não é somente um corpo físico, nem pura e simplesmente uma máquina fisiológica; é um organismo vivo capaz

de dar sentido à experiência de si próprio: um sujeito corporificado – um corpo subjetivado”. (NAJMANOVICH D., 2002, p.94).

Nesse sentido nossa corporeidade nos define com sistemas autônomos, com limites semipermeáveis, uma sensibilidade diferencial e em constante troca com o entorno com que estamos “enredados” em uma rede fluente de relações que implicam que estamos comprometidos em uma dinâmica de transformação em co-evolução com o ambiente. Nossa corporeidade origina um campo de afetação e a classe de interações e transformações possíveis (NAJMANOVICH D, 2001).

As práticas educativas que privilegiam o desenvolvimento de exercícios buscam uma adaptação do aluno com os exercícios realizados numa busca por uma maior sistematicidade. As práticas lúdicas e a realização de atividades benéficas ao condicionamento físico resultam em um desenvolvimento das atividades laborais uma melhor concentração com relação as outras disciplinas.

Nossas atuais concepções do corpo estão atreladas com a ascensão do individualismo como estrutura sócia, com o surgir de um pensamento racional positivo e laico sobre a natureza, com a regressão das tradições do povo e, também, com a história da área médica. (LE BRETON, 1995). Dessa forma a mentalidade moderna é o nome genérico de uma rede complexa de ideias, conceitos, modos de abordagem, perspectivas intelectuais, estilos cognitivos, modalidades de intelecto-ação e atitudes valorativas, sensíveis e perceptivas que caracterizaram uma época ampla. Portanto como cita Najmanovich (2001) deve ser incluída em uma categoria facetada, multidimensional, com limites de fusos, com infiltrações de outros modos de pensar e de ser no mundo.

As recentes preocupações de nossa sociedade com questões relacionadas a saúde e ao bem estar abre um campo novo e cada vez mais explorado. A prática de exercícios e o culto ao corpo trazem consigo um novo olhar sobre a educação física e os benefícios advindos das práticas desportivas.

As complexas relações entre os “corpos” expressas através das linguagens humanas e o corpo além de toda representação tem sido um dos temas-chaves de pesquisa de muitos estudiosos nas últimas décadas. (NAJMANOVICH D, 2002, p.10).

No caso da Educação física, essa influência mostrou-se determinante, talvez pela sua atuação sobre e por meio do corpo. O fato é que, por considerar o corpo somente como entidade biológica, a Educação Física escolar atua homogeneamente, tendendo a universalização de seus procedimentos metodológicos. (DAOLIO, 1996, p.41).

As práticas físicas nas escolas tendem a se restringir a atividades que não privilegiam aspectos cognitivos, tornando os exercícios homogêneos e incompletos, uma vez que essas atividades poderiam ser mais bem exploradas com relação ao seu aspecto lúdico.

## OBJETIVO DO ESTUDO

Partindo desse pressuposto o presente estudo tem como objetivo discutir as relações dentro das aulas de Educação Física, focando a discriminação de indivíduos com portadores de necessidades especiais.

## METODOLOGIA DO ESTUDO

Este estudo foi realizado através de uma revisão de literatura em que buscamos as seguintes palavras na literatura relacionada: Educação Física Escolar, Inclusão e Corpo.

## UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE EXCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao longo da história do homem, a atividade física, considerada de forma ampla, e mesmo de Educação Física, surgem em todos os momentos, em maior ou menor grau, com maior ou menor institucionalização. Entretanto, desconsiderando-se a Antiguidade Grega, foi nas últimas décadas do século XVIII, e em especial durante o século XIX, que a Educação Física experimentou um decisivo impulso no sentido de sua sistematização e institucionalização como uma forma de educação no mundo ocidental.

O epicentro desse crescimento é a Europa, onde são desenvolvidos, no continente, os sistemas ginásticos (ginástica alemã, sueca e francesa), e na Inglaterra com o movimento esportivo, e daí espalhou-se por todo o mundo. Esse processo deu-se num momento histórico de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, e com elas relaciona-se, sofrendo também a influência do novo pensamento pedagógico do século XVIII, com o advento dos chamados educadores naturalistas e filantrópicos (CHICON J.F., 2008 p.14).

As atividades físicas começam a ser encaradas também como parte do processo de aprendizado, contribuindo para um aprimoramento das capacidades físicas e ajudando no desenvolvimento de outras habilidades pelos alunos. A educação física contribui ainda para o aumento da concentração dos alunos e a liberação de hormônios que trazem sensação de bem estar.

Surgem, segundo Soares et al . (1992), as primeiras sistematizações sobre os exercícios físicos denominados de métodos ginásticos. Alguns autores tendo como objetivo aliar o desenvolvimento da ginástica ou Educação Física na escola à garantia de um espaço de respeito e consideração da área perante os demais componentes curriculares.

Dessa maneira, a Educação Física ministrada na escola começou a ser vista como importante instrumento de aprimoramento físico dos indivíduos que, “fortalecidos” pelo exercício corporal, que em si gera saúde, estariam mais aptos para contribuir com a grandeza da indústria nascente, dos exércitos, assim como com a prosperidade da Pátria (SOARES et al. 1992).

Nesse sentido a educação física é encarada como um primeiro passo para o desenvolvimento de novos indivíduos que serão absorvidos pela indústria, mentalidade vigente que enxergava o aluno como um potencial operário ou soldado para os anos difíceis.

Esses métodos ginásticos, quando colocados em prática pelo professor, tratavam todos os participantes das sessões de forma igual (homogênea), estereotipada, com a mesma intensidade, tendo os alunos que repetir os gestos mecânicos dele, desconsiderando as diferenças e necessidades de cada um. “O processo de ensino das lições de Educação Física exigia do instrutor a exposição oral e demonstração minuciosa e da classe, imitação precisa” (FERREIRA NETO, 1999, p. 63-64). Portanto, não havia espaço-tempo para acolher as diferenças.

A questão das particularidades e singularidades dos alunos era desprezada. Todos eram submetidos ao mesmo tipo de exercício não sendo possível, portanto, o desenvolvimento de habilidades específicas ou o aprimoramento de qualidades cognitivas, uma vez que essas atividades eram ministradas de forma mecânica e orquestrada.

Pensando nas diferenças e na inclusão de todos os alunos os jogos entraram nesse contexto, na visão de autores como Vygotsky (1991), Kishimoto (1998), entre outros, são importantes, porque fazem parte da vida cotidiana de qualquer criança. Eles são atraentes, agradáveis, espontâneos e solicitam de muitas formas o aperfeiçoamento dos gestos, a abertura ao mundo, ou seja, a transposição de uma aquisição para outras situações que não aquela em que se fez a aquisição, o emprego da reflexão e da invenção (criatividade).

A possibilidade de inserir em um mesmo contexto, alunos com habilidades diferentes em um ambiente competitivo, possibilita uma interação em que todos saem ganhando, seja pela troca de experiências ou a possibilidade de aprendizado de novas formas de exercícios, sem contar com a disputa em jogos em que a superação funciona como agente motivador.

Sendo a Escola de Educação Física do Exército o principal agente formador de professores de Educação Física na época do seu surgimento, depreende-se que os professores formados com base nessa concepção colocavam-na em prática, nas aulas de Educação Física realizada no contexto escolar não aceitando alunos com NEEs e deixando à margem os alunos menos habilidosos ou aptos. As aulas de educação física carregam essa formação militar que se arrastam até os dias atuais (CHICON J.F, 2008 p. 18).

Essas práticas impossibilitam que haja um maior aproveitamento dos alunos que possuem certas habilidades, assim como oprime os que tem dificuldades para se adaptar a determinados exercícios. A persistência da herança militar não traz nenhum benefício prático aos alunos gerando um estilo de aula mecânico e improdutivo.

Podemos entender por que o professor de Educação Física mantém pouca atitude em relação à criança com deficiência. Ele pouco oportuniza a aprendizagem desta, quando ao contrário, desenvolve uma atitude ativa, de interferência rica, na relação da criança com o meio, potencializa situações de aprendizagem e desenvolvimento que de outro modo não aconteceriam. (CHICON, 2004; VYGOTSKY, 1991).

A falta de preparo dos professores de educação física ao se deparar com casos de alunos portadores de necessidades especiais reflete a forma mecânica com que as aulas são ministradas. A ausência de um plano de aula voltado para a diferença engessa esses professores e impossibilita um melhor aproveitamento desses e de outros alunos com certas particularidades.

## A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL

Essa questão faz pensar que na sociedade atual, ainda há uma supervalorização do corpo robusto, perfeito, belo, atlético que, com a influência da mídia, ganha contornos de adoração (“corpolatria”, culto ao corpo), em detrimento dos corpos considerados imperfeitos, feios, degenerados, como o corpo deficiente, obeso, sacrificado pelo trabalho árduo, pela miséria ou outra causa orgânica e social (CHICON, 2008).

Essa visão preconceituosa e injusta impossibilita que um bom trabalho seja feito, uma vez que pessoas com imperfeições necessitam de exercícios diferenciados, voltados especificamente para suas deficiências. As aulas homogêneas e mecânicas são fruto de um planejamento preguiçoso e improdutivo por parte de professores descompromissados.

Porém o que define corpo é o seu significado, o fato de ele ser produto da cultura, ser constituído diferentemente por cada sociedade e não as suas semelhanças biológicas universais. É a partir

da concepção de que o homem possui uma natureza cultural e de que ele se apresenta em situações sociais específicas que se chega a idéia de que, o que caracteriza o ser humano é justamente a sua capacidade de singularização por meio de uma construção social de diferentes padrões culturais (DAOLIO J, 1998 p. 41).

Esse compromisso com as diferenças se faz necessário em nossa sociedade. A preocupação com pessoas que apresentam particularidades está no cerne de uma nova postura que nossa sociedade começa a adotar. Essa visão humanista se insere em vários campos de atuação e na educação física começa a ser explorado, num movimento que trata os alunos diferentes de forma mais justa e preocupada.

Neste aspecto, nos apoiamos em autores (Soares,1992, Daolio; 2001) que preconizam a experiência corporal significativa do/a aluno/a oportunizando-o, tenham eles/as uma necessidade educacional especial (NEEs) ou não, um maior número de possibilidades de vivências corporais produzidas na/pela cultura, de forma que as limitações e possibilidades presentes neste movimentar-se, favoreça o entendimento social em que ...

A diferença deixará de ser critério para justificar preconceitos, que causem constrangimento e levem a subjugação dos alunos, para se tornarem condição de sua igualdade [...]. Porque os homens são iguais justamente pela expressão de suas diferenças (CHICON, 2008 p. 1).

O entendimento de que os seres humanos são diferentes e que carregam suas particularidades é uma condição determinante para o entendimento de suas deficiências. No entanto determinada deficiência em uma atividade pode significar uma habilidade em outra. O que torna fascinante essa questão é a adaptação e a criação de exercícios específicos para suas deficiências.

A humanidade já foi penalizada uma vez pela busca da perfeição. A ideologia nazista que pregava a superioridade da raça ariana custou milhões de vidas e a destruição de metade do mundo. A negação das particularidades e imperfeições do ser humano é a negação da própria humanidade, uma vez que todos estão sujeitos a sermos imperfeitos em algum aspecto.

Visando esse aspecto a Educação Física começa a se preocupar com a atividade física e o esporte para pessoas com NEEs, aproximadamente, no final dos anos de 1950, e o enfoque inicial para a prática dessas atividades foi o médico. Os programas eram denominados ginástica médica e tinham a finalidade de prevenir doenças, utilizando para

tanto exercícios corretivos e de prevenção, ou seja, eram relacionados com a reabilitação (CHICON, 2008).

Um primeiro passo no sentido de um tratamento diferenciado no que se refere a pessoas que não possuíam plena capacidade para realizar os exercícios mecânicos e orquestrados de outrora. Uma iniciativa que busca um tratamento mais humano para os portadores de necessidades especiais, mesmo que ainda encarados como doentes.

A partir desses fragmentos de informação sobre a inserção de pessoas com NEEs no âmbito escolar da época, é possível deduzir que a prática da Educação Física para essas pessoas, em ambiente escolar regular, de forma sistematizada, não ocorria e ainda hoje, no século XXI, muito precisa ser feito, para que venha a ocorrer de forma satisfatória.

Procurando esclarecer, um programa de Educação Física geral não conseguiu abranger a especificidade das pessoas com NEEs e, então, a Educação Física Adaptada veio para suprir essa lacuna existente, realizando uma ação paralela à Educação Física geral, desenvolvendo programas de atendimento às pessoas com NEEs em ambientes segregados e em espaço-tempo diferentes dos trabalhos realizados com pessoas que não apresentam NEEs (CHICON, 2008).

A tentativa de criação de exercícios específicos para esses alunos se torna uma iniciativa incipiente para a inserção desses indivíduos. No entanto há ainda forte preconceito com relação aos alunos especiais, demonstrado na forma segregacionista com que eles são tratados. Com turmas especiais, longe do convívio dos demais alunos.

Pelo exposto até o momento, é possível perceber que os métodos de ensino utilizados na Educação Física (método ginástico e do janeiro/abril de 2008. Esporte performance) eram todos voltados, predominantemente, para o fazer, com uma concepção de homem/corpo orientada para a hegemonia da raça, numa perspectiva biológica, histórica e acrítica, seguindo princípios de racionalidade, eficiência e produtividade que não favoreciam a inclusão daquelas pessoas que apresentavam pouca habilidade motora e as que ofereciam algum tipo de incapacidade/deficiência (CHICON, 2008). As pessoas de poucas habilidades eram excluídas das atividades, percebemos então a exclusão e a falta de igualdade da educação física da época. Indo contra o que descreve a lei que fala no art. 88, que “[...] a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1988, p. 248). A lei, no entanto não é de conhecimento da massa das pessoas, sendo ignorada por todos.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, também ressalta sobre as pessoas com NEEs, reafirmou a obrigatoriedade da oferta da

Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino; a “[...] matricula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas [com NEEs] capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”; e definiu como crime o ato de “[...] recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados das [necessidades educacionais] que porta” (BRASIL, 1989).

Segundo a Lei não é permitido recusar alunos portadores de necessidades especiais nas instituições de ensino, entretanto, não deveria ter que existir uma proibição legal para tal. As próprias instituições deveriam ter a consciência do seu papel formador na sociedade, papel esse que cabe principalmente aos professores.

Nesse sentido, entendemos que o(a) professor(a) tem o papel fundamental e ético de provocar avanços no desenvolvimento de seus alunos que não ocorreriam espontaneamente. Para esse autor, “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam” (VYGOSTSKY, 1991 p.8).

O profissional de Educação Física deve saber lidar com a individualidade e as necessidades de cada aluno, dessa forma, cabe a ele adequar as aulas de modo que não haja nenhum tipo de exclusão.

Segundo Chicon (2008) uma proposta para a Educação Física deve respeitar a diversidade humana em qualquer de suas expressões: gênero, biótipo, cor, raça, deficiência, etnia, sexualidade, aceitando e elegendo as diferenças individuais como fator de enriquecimento cultural. Desse modo, será possibilitada, a todas as crianças da escola, maior oportunidade de aprendizagem, interação com seu meio sociocultural e uma convivência positiva e rica entre todos os alunos.

Embora a importância do papel da Educação Física, tal como dos professores da disciplina em possibilitar a inclusão e interação de todos os alunos nas aulas seja reconhecida, ainda muito precisa ser feito a fim de que esse objetivo seja alcançado plenamente.

Corroborando com a ideia citamos Chicon (2008) que diz que apesar dos avanços não podemos negar que ainda é realidade, em algumas escolas, aulas de Educação Física separadas por turmas, tendo como parâmetro o sexo e o nível de habilidade motora, demonstrando, nitidamente, a bagagem histórica, cultural, social e educativa que nos acompanha.

## OLHARES VIVIDOS E OLHARES REINVENTADOS



A partir de nossas experiências pessoais como alunas e como futuras professoras observamos que algumas escolas da atualidade ainda mantêm as aulas de educação física baseadas no militarismo, utilizando apenas atividades tradicionais, o esporte como alto rendimento, utilizando a aula de Educação Física como uma pré-iniciação ao desporto.

Com isso eles acabavam excluindo todo e qualquer aluno que não se encaixava no padrão físico pré-estabelecido. Observamos que a exclusão não se dá unicamente aos portadores de necessidades especiais, mas também aos gordinhos, meninas, homossexuais, e todos aqueles que não se encaixam nos padrões.

Porém observamos também que em algumas escolas atuais, os professores estão mais preparados para encarar as diferenças dos alunos, promovendo atividades inclusivas e com o uso de jogos como auxiliar, deixando as aulas de Educação Física lúdicas. Com isso a exclusão nessas escolas praticamente não existe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços da sociedade e da Educação Física escolar com relação à inclusão, observamos que na nossa realidade atual a inclusão ou exclusão dos alunos depende dos profissionais, do meio em que cada um vive e das influências externas exercidas pela mídia e sociedade. Dessa forma, podemos dizer que cada escola tem um parâmetro de Educação Física.

A fim de que possa realmente ocorrer a inclusão nas aulas de Educação Física é essencial que haja uma formação adequada dos profissionais, para que eles possam saber como agir em relação aos portadores de necessidades especiais nas aulas. Além disso, esses profissionais da área devem estar sempre atualizados. São imprescindíveis que sejam tomadas medidas pedagógicas inclusivas, como o ensinamento do esporte, da dança e da ginástica adaptados durante as aulas, mas não apenas para os portadores de necessidades especiais, mas para todos os alunos, com o intuito de propiciar a esses alunos uma relação com o espaço e com os colegas. As aulas não devem ter como objetivo a realização perfeita da técnica, visto que isso excluiria os portadores de NEEs, mas sim a vivência dos movimentos, tal como sua compreensão e transformação, de forma que os alunos possam apresentar consciência da expressão corporal.

Entretanto, o papel da inclusão não pode ficar restrito apenas aos profissionais de Educação Física, as próprias instituições de ensino devem adotar medidas apropriadas no sentido de incentivar a matrícula desses alunos, oferecendo todo aporte necessário a eles.

## INCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIAL NEEDS IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

### ABSTRACT

*The study aimed to discuss the relationships within Physical Education classes, focusing on discrimination with individuals of special needs. A contextualization of Physical Education, a brief historical review of body, corporeality and their influences were made. We found that despite the advances of society and Physical Education, the inclusion or exclusion of students depends on the professionals, the environment in which one lives and external influences exerted by the media and society. We conclude that the role of inclusion cannot be restricted only to Physical Education professionals. The Educational Institutions themselves should take appropriated measures to encourage the enrollment of these students, offering them any support necessary.*

*KEYWORDS: Physical Education; Inclusion; Body.*

## INCLUSIÓN DE LAS PERSONAS CON NECESIDADES ESPECIALES EN LA ESCUELA DE EDUCACIÓN FÍSICA

### RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo discutir las relaciones de las clases de Educación Física Escolar, con foco en la discriminación de individuos con necesidades especiales. Fue hecha una contextualización de la Educación Física Escolar, una breve revisión histórica sobre cuerpo, corporeidad y las influencias. Vimos que mismo con los avances de la sociedad y de la Educación Física Escolar, la inclusión de los alumnos depende de los profesionales, del ambiente en que cada uno vive y de las influencias externas ejercidas por los medios de comunicación y por la sociedad. Concluimos que el papel de la inclusión no puede estar restringido a profesionales de la Educación Física, las instituciones de enseñanza deben adoptar medidas de manera que incentiven la matrícula de estos alumnos.

*PALABRAS CLAVE: Educación Física; Inclusión; Cuerpo.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDÍA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Jan/fev/mar/abril 2002.
- BRASIL. *Lei n.º 4.024/61 de 20 de dezembro de 1991. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. In: BREION, Noyses (Org). *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*. 20. Ed. São Paulo. Pioneira, 1988, p.243-251.
- BRASIL. *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- CHICON, J. F. *Jogo, mediação pedagógica e inclusão: a práxis pedagógica*. Vitória: EDUFES, 2004a.
- CHICON, J.F. *Inclusão e Exclusão no Contexto da Educação Física Escolar*. Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 13-38, janeiro/abril de 2008.
- COSTA, A. M.; SOUZA, S. B. *Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/ inclusão e perspectivas para o século XXI*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.25, n.3, p. 27-42, 2004.
- DAOLIO, J. *A construção cultural do corpo humano*. Livro: Da cultura do corpo p. 31- 49, 1998.
- DAOLIO, J. *Da cultura do corpo*. Campinas, Papyrus, 1995.
- DAOLIO, J. *Educação física escolar: Em busca da pluralidade*. Revista paulista de educação física São Paulo, 1996.
- DAOLIO, J. *Educação física escolar: uma abordagem cultural*. In: PICCOLO, V.L.N., org. *educação física escolar: ser...ou não ter?* Campinas, UNICAMP, 1993.
- FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no exército e na escola: A educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: FACHA, 1999.
- KISHIMOTO, T. M. *Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- LE BRETON, D. *A síndrome de Frankenstein*. In : SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- NAJMANOVICH D. *O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano*. Rio de janeiro DP&A, 2001.

NAJMANOVICH D. *Pensar/ viver: A corporalidade para além do dualismo*. Livro: Corpo que fala dentro e fora da escola p. 89-109, 2002.

SOARES, C. L. et al. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

VYGOSTSKY, L.G. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.